



POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA, SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PROFISSÃO DOCENTE

POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA, SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PROFISSÃO DOCENTE NO CONTEXTO DO NOVO ENSINO MÉDIO EM PERNAMBUCO

Maria da Conceição Silva Lima

UFPE

maria.conceicao@ufpe.br

Marina Zaidan Nery

UFRPE/FUNDAJ

marinazaidan@gmail.com

Raab Albuquerque dos Santos Gomes

UFRPE/FUNDAJ

raabalbuquerque@gmail.com

Resumo

Este trabalho investigou como a reforma do Ensino Médio têm impactado a saúde física e mental dos professores, e os mecanismos institucionais de apoio. Por meio de um questionário semiestruturado, 38 professores da rede estadual de Pernambuco elencaram desafios atuais que passam pela intensificação do trabalho, falta de políticas de assistência e de estrutura laboral a qual estão submetidos para atender às novas demandas impostas, a partir das políticas públicas implementadas para essa etapa da educação básica no estado.

O decreto nº13.415/2017 que realizou mudanças na última etapa da educação básica trouxe consigo não apenas alterações curriculares, como também impactou na prática pedagógica e na reestruturação do trabalho realizado em sala de aula, uma vez que sua materialização tem implicado significativas distorções no tocante às condições de trabalho, saúde mental e acesso a políticas de assistência dos que fazem o dia a dia das escolas. Fatores como ampliação de carga horária, inserção de novas disciplinas, reorganização do currículo, ancoradas por avaliações e controle do trabalho docente lançaram tensões que estão longe de serem sanadas, pois se orientam numa lógica neoliberal, na qual projetos educativos entram em disputa (Lima; Gomes, 2022). O cenário retoma antigas questões de eficácia versus eficiência, em detrimento das noções humanistas e críticas que permearam inicialmente o projeto educativo brasileiro, na Constituição Federal de 1988. Por meio de um questionário semiestruturado, 38



docentes de diferentes contextos educacionais das mesorregiões do estado de Pernambuco elencaram impactos pontuando ações voltadas à valorização e ao cuidado físico e mental, ao se verem imersos na nova proposta educativa. Os dados indicaram como principal queixa a insegurança na concretização do novo currículo, causando ansiedade e adoecimento físico e mental, em virtude da falta de formação adequada, a exemplo de um planejamento voltado para a implementação dos itinerários formativos, perpassando a formação continuada, apontada como inexistente ou insuficiente por 74% dos participantes. Tal condição evidencia um antigo problema que envolve a oferta e a qualidade da formação continuada, uma vez que a mera proposta de formação não implica em sua efetivação, em termos de ressignificação de seus objetivos de aprendizagem e construção coletiva (Arroyo, 2004). Portanto, nos apossamos do que Leite e Peplinski (2021, p.131) chamam de semiformação, na qual há uma tentativa de “conformar/adaptar o indivíduo ao real, ao que o meio lhe oferece, sem questionamento”, ou seja, sem que os professores consigam reelaborar sua práxis, compreendendo criticamente os elementos que a permeiam. Sobre esse aspecto, os pesquisados indicaram, inclusive, a desvalorização de suas reais condições de trabalho, quer humanas ou estruturais, no processo de escolha das trilhas dos itinerários formativos, que compõem a parte diversificada do currículo, realizada segundo alguns, sem a devida reflexão com os sujeitos envolvidos, conforme previsto na BNCC . No caso de nossa investigação, a elevação do estresse entre os professores também é motivada pela falta de estrutura física das escolas para materializar disciplinas do atual currículo, que força os docentes improvisarem, ou ministrarem matérias com as quais não têm familiaridade, a título de complementação de carga horária, alinhada ao aumento das cobranças por índices e ao ranqueamento, elementos esses que dão o tom da nova política educacional no Brasil (Freitas, 2012), ocasionando sobrecarga do esforço docente, conforme apontado por Costa e França (2022) em sua investigação acerca das condições efetivas de trabalho dos professores no referido estado. Ainda nesse ínterim, a ausência de um suporte emocional, segundo 50% deles, corroborou para a elevação do nível de ansiedade e de insatisfação com o ambiente escolar e com suas práticas em salas de aula, o que sabemos, tem relação com o intitulado “mal estar docente” que assola o meio educativo como um todo (Tardif, 2005). Apesar de



algumas redes possuem políticas de apoio à saúde emocional, a exemplo do Projeto Cuidar (SEE/SP), do Programa Professor do Futuro (SEE/CE) e do Programa Mais Vida na Escola (SEE/PR), e/ou bonificações por desempenho, a maioria dessas ações não são sistemáticas ou abrangentes a todo corpo laboral. Ressaltamos que em Pernambuco existe um projeto de lei em tramitação, a PL 164/2023, aludindo a uma política voltada à saúde mental de estudantes e dos profissionais da educação, pública e privada, formalizando protocolos que vão desde ações preventivas, até encaminhamento psicossocial, mas que segue a passos lentos ante a burocracia, distanciando os professores de medidas que potencializam os cuidados para o exercício saudável de suas atividades. Acreditamos que a elaboração de políticas voltadas ao bem estar docente são condições inegociáveis para formalização de qualquer reforma educativa, sob o risco de se aprofundarem as desigualdades e precarização do trabalho em sala de aula. Nesse sentido, é urgente um olhar mais direcionado para o fomento de políticas que permitam de fato a valorização social, financeira e mental daqueles consolidam, mediante seu trabalho cotidiano, a formação da sociedade por meio da educação.

Palavras-chave: Saúde do professor; Novo Ensino Médio; condições de trabalho

Referências

ARROYO, Miguel. *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

COSTA, Gilvan L. M.; FRANÇA, Antônio I. D. Condições efetivas de trabalho de professores do Ensino Médio de Alagoas e Pernambuco. *EccoS – Revista Científica*, [S. l.], n. 63, p. e22250, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n63.22250>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/22250>. Acesso em: 29 jul. 2025.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-7330212000200004>. Acesso em: 29 jul. 2025.

LEITE, Guilherme A.; PEPLINSKI, Emanuely. Reforma curricular, semiformação e insatisfações administradas: reflexões sobre a BNCC do ensino médio à luz do esclarecimento adornoiano. In: AMESTOY, Micheli B.; FOLMER, Ivania; MACHADO, Gabriella Eldereti (orgs.). *BNCC em cenários atuais: currículo, ensino e a formação docente*. Santa Maria: Arco, 2021.



GOMES, Danyella Jakelyne L.
Novo Ensino Médio em Pernambuco. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 16, p. 315-336, 2022.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.